



AS ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU: UM ESTUDO COMPARATIVO¹

SUBJECT INDETERMINACY STRATEGIES IN BRAZILIAN AND EUROPEAN PORTUGUESE: A COMPARATIVE STUDY

Kamylla Martos Vittorazzi Rios (UNEMAT)²
myllamartos157@hotmail.com

Nadir da Conceição Figueiredo Leite (UNEMAT)³
nardf@hotmail.com

RESUMO: Considerando o atual quadro de realização do sujeito de referência arbitrária no português brasileiro (doravante PB), tendo em vista a tendência ao preenchimento da posição do sujeito, propomos apresentar, neste artigo os principais recursos de indeterminação utilizados pelos falantes brasileiros, comparando-o com o português europeu (doravante PE), a fim de verificar se as estratégias utilizadas por ambas as variedades compreendem ainda o estatuto [+] *pro-drop*, ou seja, se ainda podem ser consideradas como línguas tipicamente de sujeitos nulos. Para a realização deste trabalho, baseamo-nos em resultados de pesquisas como de Duarte (1995) e Carvalho (2009), sendo que cada estudo evidencia uma variedade específica do português (PB e PE), além desses, outros estudos foram comentados. Os resultados nos levaram a perceber que o PB tem preferido as formas pronominais nominativas como estratégias de indeterminação e o PE, ao contrário do que muitos estudos apontam, tem utilizado estruturas com pronomes, conflitando assim às prescrições das gramáticas tradicionais lusitanas, bem como enfraquecendo a afirmativa de língua tipicamente [+] *pro-drop*. Acreditamos que tais construções decorrem da possibilidade de sistemas mistos nessas variedades, favorecendo tanto o sujeito nulo quanto o expresso.

PALAVRAS-CHAVE: Indeterminação do sujeito; Sujeito nulo; Sujeito preenchido.

ABSTRACT: Considering the current situation of achievement of the subject of arbitrary reference in Brazilian Portuguese (hereinafter BP), in view of the tendency to fill in the subject's position, we propose to present, in this article, the key features of indeterminacy used by brazilian speakers, comparing them with European Portuguese (hereinafter EP), in order to verify whether the strategies used by both varieties still include the [+] *pro-drop* status, that is, whether they can still be considered as typically languages of null subject. To carry out the present work, we based on research results such as Duarte (1995) and Carvalho (2009), with each study showing a specific variety of Portuguese (BP and EP), in addition to these, other studies were commented on. The results made us to realize that BP has preferred nominative pronominal forms as indetermination strategies and EP, contrary to what many studies point out, has used structures with pronouns, thus conflicting with the prescriptions of traditional Portuguese grammars, as well as weakening the language statement typically [+] *pro-drop*. We believe that such constructions result from the possibility of mixed systems in these varieties, favoring both the null subject and the expressed one.

¹ Artigo produzido sob a orientação da Profa. Dra. Gislaíne Aparecida de Carvalho, docente da área de Sociolinguística do programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT. E-mail: gislainemail26yahoo.com.br

² Autora do artigo e aluna do programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT. E-mail: myllamartos157@hotmail.com.

³ Coautora do artigo e aluna do programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT. E-mail: nardf@hotmail.com.



KEYWORDS: Indeterminacy of the subject. Null subject. Subject filled.

Introdução

Inúmeros estudos em relação à realização do sujeito no português brasileiro apontam para uma possível mudança em direção ao Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN), revelando a preferência dos falantes brasileiros em preencher a posição do sujeito com formas pronominais expressas, tanto para a referência definida quanto arbitrária. Confirmam essa afirmação os trabalhos de Duarte (1995, 2000), Cyrino (1994), Cyrino, Duarte e Kato (2000), entre outros, que ressaltam que a língua portuguesa brasileira seja parcialmente de sujeitos nulos.

Considerando que este trabalho se centra na realização do sujeito de referência arbitrária (indeterminada), haja vista esse fenômeno, tradicionalmente, apresenta a posição do sujeito, estudos linguísticos indicam que tal referência também foi afetada pela mudança em direção ao sujeito foneticamente realizado. No português brasileiro, as construções com formas pronominais nominativas superam a categoria vazia, o que pode indicar um encaixamento dessa mudança no sistema linguístico dessa variedade. (DUARTE, 2003).

Tendo em vista que a indeterminação ocorre quando não se conhece ou não se quer identificar o sujeito, as Gramáticas Tradicionais (GTs) apresentam, geralmente, como recursos de indeterminação o uso do verbo na terceira pessoa do plural sem nenhuma referência específica e construções com o clítico “se”. Entretanto, estudos linguísticos revelam que esse fenômeno expõe muito mais estratégias do que apontam as GTs, assim como já afirmado por Duarte (2003), e é com base nessa constatação que propomos descrever quais os recursos estão sendo utilizados pelos brasileiros para indeterminar o sujeito, comparando-o com o PE. Posto isto, este trabalho se valerá dos dados obtidos em Duarte (1995) sobre a realização do sujeito no PB, e dos resultados de Carvalho (2009) em relação ao PE.



Com base no exposto, propomos, neste trabalho, fazer um levantamento das estratégias de indeterminação do sujeito no PB, em comparação com os recursos utilizados pelo PE, evidenciando quais os fatores que interferem no uso de uma ou outra estratégia, com o objetivo de identificar em meio aos resultados apontados por Duarte (1993) e Carvalho (2009) se realmente o PB pode ser considerado como parcialmente de sujeitos nulos e se o PE ainda licencia o sujeito nulo como faz uma língua tipicamente [+]*pro-drop*. Sendo assim, nosso estudo se baseará da comparação desses trabalhos.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente apresentaremos a classificação do fenômeno de indeterminação do sujeito na perspectiva das Gramáticas Tradicionais Normativas, juntamente com a visão de alguns linguistas; em seguida, trataremos os resultados obtidos por Duarte (1995) e Carvalho (2009) em suas respectivas pesquisas, nesse momento faremos alguns comentários acerca dos estudos; posteriormente, comparamos as pesquisas segundo nossa perspectiva; ao final, tecemos nossas considerações finais.

1. A indeterminação do sujeito segundo a perspectiva da Gramática Tradicional e na visão de alguns linguistas

Considerando a realização do sujeito de referência arbitrária (indeterminada), creditamos ser relevante apresentarmos a concepção da Gramática Tradicional de alguns linguistas acerca do fenômeno, com o objetivo de verificar como este é concebido em ambas as áreas, assim como para delimitarmos nosso estudo em uma delas. Neste sentido, para falarmos da perspectiva tradicional nos valeremos de gramáticos como: Almeida (1999), Cunha e Cintra (2007) e Rocha Lima (2011). Em relação à visão dos linguistas, nos baseamos em algumas pesquisas como a de Duarte, Kato e Barbosa (2000) e Gravina (2014).

Almeida (1999) afirma que a indeterminação do sujeito ocorre quando é impossível sua identificação. Segundo o estudioso, as estratégias são representadas pelo uso de verbos que: a) exerçam atividade e, que, acidentalmente indiquem



impessoalização, como no exemplo: “Dizem que ele vem” (p. 414); b) acidentalmente impessoalizados na passiva, como em “Precisa-se de um datilógrafo” (p.414).

Do ponto de vista de Cunha e Cintra (2007) a indeterminação do sujeito ocorre quando o verbo em alguns casos não se refere a uma pessoa determinada, “ou por se desconhecer quem pratica a ação, ou por não haver interesse em conhecê-la”. Nesse caso, notamos os critérios semânticos e discursivos na definição desse fenômeno, posto que a indeterminação possa ocorrer conforme a intenção de quem fala. Entretanto, ao elencarem as estratégias de indeterminação, Cunha e Cintra (2007) já não levam em conta os critérios discursivos observados na descrição do conceito, mas sim de questões sintáticas ao assegurarem que o fenômeno ocorre quando utilizado o verbo na 3ª pessoa do plural, e construções com a partícula “se”. Tais recursos podem ser evidenciados nos exemplos: “Reputavam-no o maior comilão da cidade” e “Comia-se com a boca, com os olhos, com o nariz” (CUNHA e CINTRA, 2007, p.128-129).

Rocha Lima (2011), em consonância com Cunha e Cintra (2007), afirma que o sujeito indeterminado é aquele que não podemos ou não queremos identificar. O autor apresenta os mesmos recursos de indeterminação que os demais autores, ou seja, emprego do verbo na 3ª pessoa do plural e, o uso do verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula **se**. Dessa forma, evidencia-se os seguintes exemplos: “Falam mal daquela moça”, “Vive-se bem aqui” (p.289).

Na visão dos gramáticos citados (Almeida, 1999; Cunha e Cintra, 2007; Rocha Lima, 2011), notamos as restrições quanto à exposição dos recursos de indeterminação, normalmente descritos por duas formas como já vimos anteriormente. A indeterminação do sujeito é tomada pelas GTs como um fenômeno simples, sem muitas especificações, classificado como um tipo de sujeito, assim como o sujeito simples, sujeito composto, destaca-se o sujeito indeterminado.

Na perspectiva linguística o fenômeno da indeterminação é bem mais amplo do que demonstram as gramáticas tradicionais. Alguns linguistas se dispuseram em pesquisar sobre a realização do sujeito de referência arbitrária e observaram o uso de várias outras estratégias. Além disso, em estudos comparativos, constatou-se a diferença



entre o uso dos recursos de indeterminação do português brasileiro e português europeu, sendo que no primeiro caso é corrente as estratégias pronominais nominativas, enquanto no segundo caso ainda se privilegiam construções com o “se”.

Duarte, Kato e Barbosa (2001), em um estudo comparativo sobre o PE e PB, analisaram a modalidade escrita de ambas as variedades do português, com o objetivo de investigar os recursos de indeterminação utilizados por elas. O *corpus* consistiu em entrevistas, receitas de cozinha e cartas de leitores transcritos de jornais e revistas portuguesas e brasileiras.

Para investigar a indeterminação do sujeito no PE e PB, Duarte, Kato e Barbosa (2001) analisaram diferentes gêneros textuais: entrevistas, cartas, além de estruturas com a partícula “se”. As pesquisadoras evidenciaram na análise do *corpus* sobre a indeterminação do sujeito que o PE apresenta construções diferentes do PB. No PE prevaleceram estratégias de indeterminação com a partícula *se* em gêneros textuais como entrevistas e cartas de leitores, além de construções com a categoria vazia na posição do sujeito, claramente identificado nas receitas de cozinha, nas quais predominaram o verbo no imperativo. Por outro lado, o PB revelou um comportamento diferente, pois as estratégias de indeterminação demonstraram variação conforme a modalidade e o gênero: nas entrevistas, por exemplo, por se aproximar da modalidade oral, privilegiou o uso de formas pronominais nominativas como “você” e a “gente”, já em textos como as receitas, notou-se o uso predominante do verbo no imperativo, enquanto que as cartas de opinião, pelo seu caráter formal, privilegiou as construções com “se”.

A pesquisa de Duarte, Kato e Barbosa (2001) constata que o PB coloquial tende a preencher a posição do sujeito de referência arbitrária com formas pronominais nominativas, evitando construções com o “se” que, geralmente, são mais encontrados em textos formais que distanciam-se da oralidade, enquanto que o PE ainda privilegia as estratégias com uso do “se”, demonstrando que, independentemente do gênero textual, as formas expressas pelas gramáticas tradicionais ainda são predominantes, fortalecendo a concepção de que o português europeu é, ainda, conservador no sentido de que é fiel às normas prescritivas.



Corroboram a proposição apresentada por Duarte, Kato e Barbosa (2001) os resultados obtidos por Gravina (2014). A pesquisadora fez um estudo comparativo-diacrônico sobre o uso do sujeito nulo no PB e PE. Para isso, utilizou um *corpus* constituído por jornais impressos no século XIX e início do século XX na cidade de Minas Gerais, Brasil, e Distrito Évora, Portugal.

Gravina evidenciou em três jornais analisados no PB, “Recreador Mineiro” (1845-1849), “Jornal Mineiro” (1890-1898) e “Tribuna de Ouro Preto” (1945-1948) uma queda no uso do sujeito nulo: de 1845 à 1849 (69%); de 1890 à 1898 (43%); de 1945 à 1948 (24%) e um aumento de construções com sujeitos preenchidos de 31% - 57% - 76% nos respectivos períodos. Em contrapartida, os resultados apontados para a análise dos jornais do PE “Ilustração luso-brasileira” (1856-1859), “Manuelinho de Évora” (1888-1900) e “Notícias de Évora” (1945-1948) foram: de 1856 à 1859 (82%); de 1888 à 1900 (77%); de 1945 à 1948 (74%) em sujeitos nulos e de 18% - 23% - 26% em sujeitos preenchidos nos três períodos. Nesse caso, a pesquisadora constatou com base na estabilidade das ocorrências em PE, que essa variedade ainda tem a preferência pelo uso da categoria vazia em posição de sujeito.

Gravina (2014) assim como Duarte, Kato e Barbosa (2001) atestou um comportamento diferente do português brasileiro em relação à realização do sujeito de referência arbitrária, evidenciando a tendência no preenchimento da posição do sujeito com formas pronominais o que, segundo Duarte, Kato e Barbosa (2001), indica que o PB é uma língua de sujeitos nulos parciais, pois mesmo que ainda apresente sujeitos nulos em seu sistema, tais construções concorrem com outras formas.

Além das pesquisas de Duarte, Kato e Barbosa (2001) e Gravina (2014), outros estudos como os de Duarte (2008) e Cavalcante e Duarte (2009) confirmam a possível mudança do português brasileiro em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo, revelando a preferência dos falantes dessa variedade em preencher a posição do sujeito com formas foneticamente realizadas para efeito de indeterminação.



Vale ressaltar que todas as pesquisas linguísticas discutidas aqui, até então, distinguem o português brasileiro do português europeu, cabendo ao segundo a marcação positiva para o licenciamento do sujeito nulo.

2. O sujeito de referência arbitrária no PB e no PE: o que dizem as pesquisas de Duarte (1995) e Carvalho (2005)

O trabalho de Duarte, Kato e Barbosa (2001), Gravina (2014) que o sujeito de referência arbitrária no português europeu e no português brasileiro apresentam evidências de que tais variedades tem revelado comportamentos diferentes em relação ao parâmetro [+] *pro-drop*, sendo que o primeiro é, geralmente, caracterizado como língua de sujeitos nulos, demonstrando a predominância de estruturas tradicionalmente prescritas pelos manuais normativos para indeterminar o sujeito, enquanto o segundo revela a preferência pelo uso de estruturas inovadoras como as formas pronominais nominativas, deixando de ser uma língua tipicamente de sujeitos nulos, de modo que a categoria vazia passa a concorrer com outros recursos.

Para prosseguir a comparação entre o português europeu e o português brasileiro, buscamos aqui, examinar dois estudos: o primeiro de Duarte (1995) sobre a realização do sujeito no português brasileiro; o segundo, a pesquisa de Carvalho (2009) em relação a realização do sujeito no português europeu. Nosso objetivo é verificar se em ambos os estudos as duas variedades do português se comportam da mesma forma, concordando ou refutando a afirmativa de que o PE ainda seja uma língua de sujeitos nulos prototípica e de que o PB percorre um caminho de mudança para o preenchimento da casa do sujeito com formas pronominais nominativas. Embora nas duas pesquisas pretende-se analisar as ocorrências de referência definida e arbitrária, nos valeremos dos resultados somente em relação à referência arbitrária.

A pesquisa de Duarte (1995), intitulada “A perda do princípio ‘Evite Pronome’ no português brasileiro” baseia-se num *corpus* constituído de gravações de fala feitas em 1992, de informantes cariocas com formação superior, distribuídos em três faixas etárias: 25 a 32 anos, de 45 a 53 anos e de 59 a 74 anos. Em cada grupo, separaram-se dois



informantes de cada sexo (masculino e feminino). Com o objetivo de verificar a implementação da mudança que afeta o Parâmetro do Sujeito Nulo, a pesquisadora em questão fez uma comparação dos dados das entrevistas com amostras de fala de universitários obtidos em entrevistas de rádio e de tv

Duarte (1995) acreditava que a tendência à representação do sujeito de referência definida por uma forma pronominal também atingiria os sujeitos indeterminados, mesmo que este se tratasse de um contexto mais resistente. Nesse sentido, dos 1756 sujeitos analisados, 332 (19%) eram de referência arbitrária, desses, 65% das ocorrências ocorreram com pronomes plenos e 35% com sujeitos nulos, sendo pouco frequente as ocorrências com sujeito nulo arbitrário correferente.

Em relação aos dados obtidos por Duarte (1995) no que se refere o sujeito de referência arbitrária entre as formas mais utilizadas, pelos falantes cariocas universitários, como estratégia de indeterminação está o pronome “você”, comum em todas as faixas etárias, seguida do pronome “a gente” e “eles”. A pesquisadora evidenciou ainda que, se por um lado o uso de “você” aumentou significativamente, principalmente na fala dos mais jovens (30%), por outro lado, houve a nítida queda do uso do pronome “nós”. A seguir, exemplificaremos algumas ocorrências destacadas pela autora (p.89):

- (1) Você tem uma visão mais ampla, mais longínqua das coisas. **Você** tem uma visão mais... do espaço físico. **Você** não fica tão contido quanto aqui. Aqui **você** sai, **você** vê muito concreto na tua frente, **você** esbarra com isso. Lá não! **Você** tem a visão de um litoral, **você** tem uma visão de um verde, de uma coisa mais distante. E isso é como **você** pudesse até respirar melhor, né? (H3d,459, 462)
- (2) Hoje em dia, quando **a gente** levanta as coisas, é que **a gente** vê tudo o que aconteceu. Mas na época **a gente** não podia acreditar [...]. **A gente** não acreditava nisso, primeiro porque **a gente** era novo. (H3b, 162, 166)



No exemplo (1) destacamos o uso da forma pronominal de segunda pessoa “você”, com referência genérica, pois o sujeito principal da sentença tem sentido geral e indeterminado, pois representa as pessoas que moram naquela localidade, na qual se encontra o falante e que pode ter a mesma visão que ele em relação ao lugar que proporciona bem estar, pois ali tem-se a visão do litoral, do verde, etc. Além disso, nesse tipo de construção inclui-se o interlocutor como um desses sujeitos. Isso também acontece com o uso do pronome “a gente” como no exemplo (2).

No trabalho de Duarte (1995), o uso da terceira pessoa do plural sem o pronome expreso, prescrito pelas gramáticas tradicionais como uma das principais estratégias de indeterminação, apareceu em metade das sentenças pelo grupo 1 e em 30% das sentenças no grupo 2 e 3. As demais ocorrências apresentaram o sujeito expreso.

(3) Quando **eles** querem eles fazem. Quando **eles** querem **eles** acham dinheiro. (H3d, 514,526)

No exemplo (3) destacamos uma sentença com pronome pleno, que superaram os sujeitos nulos. Além disso, vale ressaltar, aqui, que o pronome de terceira pessoa, ao contrário do que acontece com as formas pronominais “você” e “a gente”, exclui o interlocutor das construções com sujeitos indeterminados e, embora esteja entre as principais estratégias descritas pelas normas gramaticais, não está no topo das preferências dos brasileiros.

Outro aspecto destacado por Duarte (1995) diz respeito à baixa ocorrência do clítico “se”, em virtude do aumento do uso de formais pronominais que o substitui nas sentenças indeterminadas. A pesquisadora constatou em seu *corpus* tanto as estruturas com o clítico “se” quanto sem ele.



(4) cv⁴ Aprendia isso na escola? (M3z,1220).

O exemplo (4) não decorre da interpretação da terceira pessoa, mas sim da supressão do “se”, tendo em vista que, segundo Nunes (1991), essa forma inovadora surgiu de um processo de reanálise sintática do clítico “se” apassivador, no qual este, enquanto partícula apassivadora, deixa de exercer a função passiva e passa a ter papel ativo, nesse caso o “se” deixa de ser apassivador para ser indeterminador, sendo assim, com a consolidação dessa mudança outras formas passaram a ser utilizadas, tais como a supressão do “se”. Com base nesse pressuposto, notamos a nítida tendência dos falantes brasileiros em sempre optar pelas variantes inovadoras.

As construções com cv sem o clítico “se”, conforme Nunes (1991, *Apud*. DUARTE, 1995), eram favorecidas pela locução verbal, porém os dados obtidos por Duarte mostraram que esse quadro tem se expandido tanto sintaticamente quanto semanticamente, já que 70% das ocorrências ocorreram com tempos simples, além de ocuparem contextos com construções modais em períodos simples com verbos no presente e imperfeito. A seguir, alguns exemplos destacados por Duarte (1995).

(5) "Herodes tinha razão: cv tem que matar as crianças!" A gente odiava criança.
(M3a,60,61).

(6) cv Não pode entrar de sapato; cv fica de meia. (M3c, 381 ,382).

(7) cv Desce até Florianópolis. cv Vai pro sul...cv Vai chegar até a cidade de Laguna.
(M2g, 969,71).

⁴ Entende-se por cv categoria vazia.



No exemplo (5) notamos que a construção com verbos modais “tem que...” favoreceu o uso da categoria vazia. No exemplo (6) e (7) os verbos no imperativo, indicando ordem e comando, também contribuem para a categoria vazia.

Duarte (1991) destaca, ainda, o aumento das ocorrências com a partícula “se” em sentenças infinitivas, como em:

(8) Tem que se pensar na vida, no cotidiano. Tem que se pensar em ganhar o dia a dia. (H1j).

O exemplo (8) deixa transparecer a velocidade em que as mudanças são implementadas em nossa língua, tendo em vista que faz parte de um processo inerente a todas as línguas naturais e que, assim como observado por Nunes (1991,) sobre as mudanças que atingiram o “se” apassivador/indeterminador, atualmente contamos com um vasto quadro de formas inovadoras utilizadas para indeterminar o sujeito que, possivelmente, são reflexo da mudança que afetou o pronome “se”.

Ao comparar os dados obtidos através das amostras de fala de universitários em entrevistas de rádio e tv, Duarte (1995) confirmou a implementação do uso de “você” e “a gente”. Entretanto, nas entrevistas de tv, os universitários demonstraram a preferência pelo uso do clítico “se”.

Os resultados de Duarte (1995) constataam que o PB caminha para uma mudança em relação ao sujeito foneticamente realizado, influenciado, principalmente, pelo enfraquecimento da morfologia verbal (AGR), que prevê que uma língua com AGR forte como o português europeu, por exemplo, licencie e interprete uma categoria vazia, enquanto que uma língua de AGR fraco, licencie uma categoria vazia, mas não é capaz de interpretá-la, necessitando de um pronome para que haja determinada leitura (CAVALCANTE e DUARTE, 2009). O português brasileiro, conforme Cavalcante e Duarte (2009), apresenta características de morfologia verbal fraca e, por isso, possui altos índices de preenchimento do sujeito. Segundo Duarte (1995, p. 141), embora o PB tenha indicado mudança no Parâmetro do Sujeito Nulo, não podemos falar em mudança concluída, pois “o português brasileiro convive com um sistema agonizante, em que ainda



se reflete as características *pro-drop*, e um sistema em desenvolvimento em que a ‘riqueza funcional’ perdida já não permite a identificação de *pro*”.

Mas, o que dizer sobre o português europeu? Seria ele, realmente, uma língua de sujeitos nulos prototípica? Quais os recursos de indeterminação utilizados por essa variedade do português? Pensando nessas questões recorreremos à pesquisa de Carvalho (2009) que se propôs analisar a realização do sujeito no PE, dessa forma poderemos confrontá-lo com o PB.

Se, por um lado, o português brasileiro é considerado língua de sujeitos nulos parciais, por outro lado, o português europeu é caracterizado como língua de sujeitos nulos, não somente pelas gramáticas tradicionais de cunho normativo, mas também por linguistas em estudos empíricos sobre essa variedade do português (DUARTE, 1995; DUARTE, KATO e BARBOSA, 2008).

Para investigar a realização do sujeito indeterminado no português europeu, Carvalho (2005) constitui um *corpus* baseado em amostras de fala de diferentes localidades de Portugal. No total foram 10 entrevistas dentre as que compõem o *Corpus* Dialetal para o Estudo da Sintaxe (CORDIAL-SIN). Quanto aos informantes, estes não formaram uma amostra estratificada, pois ora era representado por um único informante, ora por vários. A pesquisadora analisou as variantes “categoria vazia” e o “pronome lexical”. Além disso, excluiu as variáveis como sexo, idade e escolaridade, pelo fato de grande parte das entrevistas não fornecerem essas informações, além dos informantes selecionados não comporem um quadro estratificado. Vale ressaltar que tal procedimento, segundo Carvalho (2009), não comprometeu seus objetivos.

Como averiguamos na pesquisa de Duarte (1995), o português brasileiro já não adota as formas prescritivas como preferência para indeterminar o sujeito. Essa variedade tem demonstrado maior interesse pelas formas pronominais nominativas como “você” e “a gente”. Já o português europeu tem preferido as estruturas com o clítico “se” (DUARTE, KATO e BARBOSA, 2001). Embora Carvalho (2009) não tenha analisado as ocorrências com o “se” no português europeu, seu estudo revela um expressivo



aumento no uso de formas pronominais nominativas para indeterminar o sujeito, ultrapassando as estruturas com sujeitos nulos.

Os dados obtidos por Carvalho (2009) foram de 2952 (67%) de sujeitos preenchidos pelo uso pronome e 1446 (33%) de sujeitos não preenchidos, o que sugere que o PE já não seja uma língua tipicamente [+] *pro-drop*, pois aceita em seu sistema outras possibilidades além do sujeito nulo. Tal afirmativa pode ser confirmada pelo fato dessa variedade ter exibido sujeitos preenchidos em estruturas com sujeitos correferentes (29%), fator que abala o estatuto de língua [+] *pro-drop*.

A seguir apresentaremos alguns exemplos de preenchimento do sujeito de referência arbitrária retirados do trabalho de Carvalho (2009, p.172) acerca da realização do sujeito no português europeu:

- (9) "Há anos que a pesca falha. E aqueles que tem que nunca nada colhe pois estão mais mal... porque **a gente** não é uma coisa certa. **A gente** está acostumado, **a gente diz** assim: "Bom, este mês ganhei dez ou doze contos; vou-mos gastar". (E4-50)
- (10) "Ah! Aquele espaço, **a gente** calcula aquele espaço é com os passos. **A gente** marca os passos, três em três passos, manda-se uma, manda-se uma". (E5-07)

Os exemplos (9) e (10) indicam que o português europeu, ao contrário do português brasileiro que tem utilizado com mais frequência o uso de "você" (54%) para indeterminar o sujeito, tem preferido a estratégia "a gente" (84%), seguido de "nós" (67%). A segunda forma mais frequente no PE para a indeterminação do sujeito encontra-se em quase desuso pelos falantes brasileiros, pois segundo Duarte (1995), enquanto o uso de "você" cresce consideravelmente, a forma "nós" desaparece.

Carvalho (2009) evidenciou em relação ao português europeu que as orações independentes favoreceram o uso de sujeitos preenchidos, e as de 2ª coordenada foram as mais resistentes ao pronome, prevalecendo nessas orações a categoria vazia. Por outro



lado, o PB, como apontado por Duarte (1995), demonstrou o mesmo comportamento em relação as orações independentes e as de 2ª coordenada para a referência arbitrária, ou seja, apresentou a mesma frequência de preenchimento nos dois tipos de orações.

Um aspecto curioso em relação ao português europeu e explanado por Carvalho (2009) diz respeito a concordância verbal. Normalmente, nessa variedade, percebemos o uso das formas prescritas pelas gramáticas de cunho normativo comuns tanto na fala como na escrita (DUARTE, KATO e BARBOSA, 2001; GRAVINA, 2008, 2014). Sendo assim, a concordância é uma das regras que mais se preza na tradição gramatical e, ao contrário do que muitos estudos apontam para o PE, este já tem demonstrado o uso de estruturas sem concordância, mesmo com baixa frequência, cerca de 17%. Já o PB apresenta um expressivo número de ocorrências sem concordância.

Em relação às formas verbais, Carvalho (2009) atestou que o pretérito perfeito é mais resistente às formas plenas do sujeito, estando nesse caso, o sujeito nulo no topo das ocorrências (70%), enquanto o presente do subjuntivo demonstrou forte tendência ao preenchimento. No português brasileiro, Duarte (2009) ressalta que o tempo simples atingiu índices de 70% das construções. Embora a pesquisadora não nos forneça dados quantitativos específicos em cada tempo verbal, afirma que o preenchimento do sujeito em contextos arbitrários tem se expandido ao presente e o imperfeito do modo indicativo.

3. Apresentando os resultados

A pesquisa de Duarte (1995) sobre a realização do sujeito no português brasileiro, atesta que essa variedade apresenta a tendência em preencher a posição do sujeito, geralmente com um pronome nominativo, como “você” e “a gente”. As estratégias de indeterminação legitimadas pelas gramáticas normativas tradicionais já não têm demonstrado tanta produtividade na fala dos brasileiros, fato evidenciado no estudo da variedade carioca, na qual os recursos inovadores mostraram-se mais atuantes em relação à categoria vazia do sujeito, bem como em relação às estruturas com a partícula “se”.

Em Duarte, Kato e Barbosa (2001) constatou-se que no português brasileiro o uso da partícula “se” como índice de indeterminação do sujeito, diferentemente do português



européu, é pouco utilizado pelos falantes, demonstrando-se mais produtivos na escrita, ou em situações formais. Por outro lado, as estratégias inovadoras como os pronomes “você” e “a gente” aumentaram num ritmo acelerado, evidenciando um processo de mudança no PB.

Em Carvalho (2005) observamos que o português europeu também tem aceitado em seu sistema outras possibilidades de indeterminar o sujeito. Embora a pesquisadora não tenha selecionado a variável “se”, como fizeram Duarte (1995) e Duarte, Kato e Barbosa (2001), para a análise do sujeito de referência arbitrária no português europeu, os dados que exhibe em relação ao sujeito lexical são suficientes para sugerir que o PE também segue o mesmo caminho que o PB, apresentando como principais recursos de indeterminação do sujeito o uso de “a gente”, seguido de “nós”.

Gravina (2014), confirma os resultados de Duarte (1995) e Duarte, Kato e Barbosa (2001) sobre o português brasileiro, indicando que este percorre um caminho de mudança em direção ao sujeito preenchido, mostrando que os falantes dessa língua têm preferido o uso de estratégias inovadoras para a indeterminação do sujeito. Quanto ao português europeu, Gravina (2014) evidencia que essa variedade ainda privilegia as construções prescritas pelas gramáticas tradicionais como recursos de indeterminação, contrariando os resultados obtidos por Carvalho (2005), que indica que o PE também tem preferido o uso de formas pronominais nominativas para efeito de indeterminação. Contudo, não podemos comparar os resultados obtidos por uma ou outra pesquisadora, pois Carvalho (2005) não selecionou a variante “se” para análise, como fez Gravina (2014), além disso, o *corpus* utilizado pelas pesquisadoras eram diferentes: Carvalho (2005) baseou-se em entrevistas de falantes portugueses em contextos informais; Gravina (2014) utilizou dados de jornais impressos veiculados em Portugal e no Brasil. Nesse sentido, compartilhamos da constatação feita por Godoy (1999), de que uma ou outra preferência como recursos de indeterminação do sujeito depende tanto de fatores linguísticos, quanto extralinguísticos, fatores que, provavelmente, influenciaram nos resultados das pesquisadoras em relação ao português europeu, tendo em vista que o gênero entrevista possibilita analisar situações reais de uso da língua, tal como ela acontece, enquanto que os jornais impressos privilegiam “o bom uso da língua”.



Acreditamos que essas mudanças em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo que atingem o PB e que, assim como exibido por Carvalho (2009), também tem atingido o PE decorrem da possibilidade da existência de sistemas mistos, já discutido por Piza em suas conferências em 1891 e, posteriormente, retomado por estudiosos como Rizzi (1982), Gilligan (1987) e Nicolis (2008).

O estudo de Nicolis (2008, *Apud*, Veríssimo, 2017) sobre as propriedades que caracterizam o Parâmetro de Sujeito Nulo em nove línguas crioulas, a pesquisadora atestou que tais línguas poderiam ser consideradas como parcialmente de sujeitos nulos, devido não apresentarem a totalidade das propriedades [+]*pro*, possuindo em seu sistema as possibilidades de uso tanto da categoria vazia, quanto os sujeitos realizados foneticamente.

Analisando as descrições sobre a realização do sujeito de referência arbitrária no PE e no PB, observamos que: o português brasileiro, que revelam um índice bastante elevado de sujeitos preenchidos em relação às baixas ocorrências com sujeitos nulos, podemos reafirmar que essa variedade do português pode ser considerada como de Sujeitos Parcialmente Nulos, tal afirmativa tem sido repetida em vários estudos de diferentes localidades do Brasil, tanto em relação aos sujeitos de referência definida quanto arbitrária, embora este último nos chame mais a atenção pelo fato de ser considerado como um contexto resistente ao preenchimento e que, diferente do que as gramáticas tradicionais apregoam, o fenômeno tem se apresentado de uma forma bastante interessante na língua portuguesa brasileira, revelando diferentes estratégias de indeterminação, quadro este que tem se expandido para o português europeu (CARVALHO, 2009).

Considerações finais

Os resultados aqui mostrados sugerem que tanto o português brasileiro quanto o português europeu percorrem um caminho de mudança em direção ao Parâmetro de Sujeito Nulo, sendo que o primeiro encontra-se em um processo mais acelerado, digamos assim, com evidências fortíssimas de língua parcialmente de sujeitos nulos, enquanto que



o segundo caminha a passos mais lentos, devido as propriedades *pro-drop* serem mais atuantes nessa variedade.

Considerando a realização do sujeito de referência arbitrária no PB e no PE, percebemos que ambos utilizam formas pronominais nominativas para a indeterminação do sujeito, contradizendo as normas gramaticais, predominando estruturas com “você” no PB e “a gente” no PE.

O estudo que propomos fazer aqui nos mostrou que as duas variedades do português (PB e PE) admitem em seus sistemas diferentes possibilidades de indeterminar o sujeito, quer dizer, apresentam inúmeras estratégias que vão além daquelas prescritas pelas gramáticas tradicionais. Além disso, esse estudo contribui para nos mostrar que o preenchimento do sujeito amplia cada vez mais seus contextos, iniciando com os sujeitos de referência definida e incidindo a referência arbitrária, demonstrando a capacidade de uma língua em adaptar-se a diferentes situações, bem como conviver com sistemas mistos.

Esperamos, enfim, ter contribuído para a compressão no que se refere a descrição do sujeito de referência arbitrária no português brasileiro e português europeu, pois nossa intenção aqui foi mostrar não somente as diferentes possibilidades de indeterminar o sujeito nas duas variedades, mas apresentar o quadro de mudança pelo qual a variedade brasileira tem passado, quadro este que, possivelmente, tem se expandido para o PE, revelando outras preferências que não o sujeito nulo.


Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44 edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 1999.
- BARBOSA, Pilar; DUARTE, Maria E. Lamoglia; KATO, Mary A. **Sujeitos indeterminados em PE e PB**. In: XVI Congresso da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra, p. 1-15, 2001.
- CARVALHO, Gislaine Aparecida de. **A realização do sujeito na fala do português europeu**. Tese de doutorado. Araraquara, 2009
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **A nova gramática do português contemporâneo**. 3 edição. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 13 • Número 38 • Nov 2022

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v13i38.477>

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro.** Tese de doutorado. Campinas: SP, 1995.

GRAVINA, Aline Peixoto. **Diacronia e sujeito nulo no português brasileiro: um estudo comparativo.** Filol. Linguística Portuguesa, São Paulo, v. 16, p. 199-231, 2014.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 49 edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

VERÍSSIMO, Victor. **A evolução do conceito do parâmetro do sujeito nulo.** Entrepalavras: Fortaleza, v.7, p. 76-90, 2017.

Recebido em: 27/05/2022 | Aprovado em: 26/07/2022.
